



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Educação e Política Social.

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
VALE DO PARAÍBA PAULISTA: EM BUSCA DE SUAS DETERMINAÇÕES**

Thaís Ribeiro Esteves¹

Resumo: O presente trabalho, a partir do entendimento de que a análise crítica da realidade é fundamental para o exercício profissional do Assistente Social, busca apreender algumas determinações da Educação Profissional e Tecnológica no território do Vale do Paraíba paulista. Desse modo, são tecidas considerações sobre a formação sócio-histórica brasileira e o mundo do trabalho, enquanto aspectos fundamentais para a compreensão da chegada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia nesse território.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Serviço Social na Educação; Formação sócio-histórica brasileira; Mundo do Trabalho.

**PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN
VALE DO PARAÍBA PAULISTA: IN SEARCH OF THEIR DETERMINATIONS**

Abstract: This work, from the understanding that the critical analysis of reality is fundamental to the exercise of the professional Social Worker, seeks to seize some determinations of the Professional and Technical Education in the territory of the Vale do Paraíba paulista. In this way, are woven considerations socio-historical brazilian formation and the world of work, while key aspects for understanding of the arrival of the Federal Institute of Education, Science and Technology in that territory.

Keywords: Professional and Technical Education; Social Work in Education; Brazilian social-historical formation; World of Work.

Introdução

Muitos têm sido os desafios encontrados por assistentes sociais na atuação em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Acredita-se que debruçar-se na compreensão teórico-crítica da realidade social é condição - não exclusiva, mas fundamental - para o direcionamento ético-político profissional.

Com base nesse entendimento e a partir da inserção profissional no espaço sócio ocupacional da educação profissional e tecnológica, foi constatada a necessidade

¹ Assistente Social, especialista em Organização e Gestão de Políticas Sociais, aluna do curso de Mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – Campus Jacareí. E-mail: thaís.resteves@gmail.com.

de aprofundar o entendimento sobre essa política social, como também compreender sua particularidade no território do Vale do Paraíba paulista.

O Projeto Ético-Político da profissão impõe aos assistentes sociais um rigoroso domínio teórico-metodológico e a adoção de uma postura investigativa com vistas a apreender as tendências do desenvolvimento histórico. Daí encontra-se o desafio central para o profissional, que é o de “fazer a crítica dos fundamentos da cotidianidade tanto daquela em que ele se encontra inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços, o que significa examinar os fundamentos, analisá-los, reconhecê-los, para transcendê-los” (GUERRA, 2007, p.16).

Baseados no Projeto Ético-Político Profissional, os assistentes sociais vêm lutando pela construção e defesa dos direitos sociais na esfera pública e a categoria profissional tem se organizado para pensar a política pública de Educação. A relação entre Serviço Social e Educação tem ocupado as reflexões de parte significativa da categoria de Assistentes Sociais, quer seja pelos profissionais que atuam diretamente na implementação e execução da política de Educação, quer seja por grupos de pesquisa e extensão.

Pode-se dizer que historicamente o Serviço Social brasileiro é requisitado para intervir no campo da educação, abrangendo aqui educação tanto no campo da educação formal como no campo da educação popular. A partir do entendimento da educação enquanto um complexo constitutivo da vida social, tendo, portanto, uma importante função social na dinâmica da reprodução social, pode-se considerar que essa função é tensionada por contradições, projetos e lutas societárias, que não se esgota nas instituições educacionais, embora estas sejam um espaço privilegiado de objetivação (CFESS, 2013).

A educação enquanto política social configura-se como uma estratégia de respostas do Estado tanto para a reprodução do capital, quanto para as reivindicações da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação. No que diz respeito à reprodução do capital, atua tanto na coerção ideológica como também no desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, pode-se dizer que na política de educação há um campo de disputa entre projetos educacionais distintos, que se relacionam com lutas e projetos societários.

Compreende-se, portanto, que a educação profissional e tecnológica é um dos espaços onde a educação se objetiva, sendo um campo importante para refletir sobre concepções e projetos de educação. Nessa perspectiva, é fundamental entender a educação e, especificamente a educação profissional e tecnológica, como parte constitutiva da política social do Estado capitalista, nos marcos das transformações do mundo contemporâneo, na especificidade da formação sócio histórica brasileira e com base na premissa da centralidade do trabalho na vida social. Ademais, é relevante compreender todas essas questões na particularidade do território onde o cotidiano dessa política se faz presente.

Na última década o Brasil vivenciou uma expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica nunca vista anteriormente na história do país. Essa expansão correspondeu a uma das ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)¹. Em 2008 foi promulgada a Lei Federal nº 11.892, que possibilitou essa expansão a partir da instituição da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e da criação dos novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs)² no país.

De acordo com dados do MEC, até 2002 havia 140 *campi* dos hoje denominados IFETs em todo o país. Entre 2003 e 2010, esse número já havia avançado para 356 unidades. No período que corresponde aos anos de 2011 a 2014, os IFETs somaram 578 *campi* presentes em todos os estados do país. Entre 2015 a 2016 foi alcançada a marca de 644 unidades.

Em 2016 no estado de São Paulo o IFET encontrava-se instalado e em funcionamento em 35 municípios e em 36 *campi*. Na microrregião de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, o instituto foi implantado recentemente, a saber: o *Campus* São José dos Campos do IFET iniciou suas atividades letivas em 2012 e o *Campus* Jacareí em 2014. Os mesmos fazem parte do Plano de Expansão 2011/2012 da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

¹ Tal programa foi elaborado em 2011 por meio da Lei 12.513, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

² Os IFETs, de acordo com a lei supracitada, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Segundo Arcary (2015), nenhuma esfera da educação pública no Brasil, em nenhum nível de ensino, passou por tantas mudanças como a educação profissional. Para o historiador, essas transformações, embora insuficientes, foram progressistas se comparadas a períodos anteriores – seja pela incorporação de novos segmentos da classe trabalhadora na educação, seja pelo investimento realizado na educação pública. Assim, pode-se considerar essa significativa expansão como um avanço no que diz respeito à ampliação dos direitos sociais na esfera pública. Entretanto, é necessário investigar tal processo em sua essência.

Nesse cenário, o profissional de Serviço Social tem sido requisitado a atuar na educação profissional e tecnológica na medida em que são incorporados novos segmentos da classe trabalhadora nessa política. Tal incorporação é mediada por programas de acesso e permanência escolar. Há, com isso, um enfoque na dimensão técnico-operativa da profissão, a partir da atividade de gestão e de execução desses programas. Ademais, de uma maneira geral o Serviço Social ainda ingressa na política de educação com pouco conhecimento sobre a mesma, por vezes reduzindo o seu entendimento à legislação da área e com uma visão muito “idealizada” dessa política.

Um dos questionamentos, que surgiu a partir da inserção profissional da autora nessa política social, foi: “Qual a particularidade da política de educação profissional e tecnológica no contexto do Vale do Paraíba? ”. A partir dessa indagação, pretendeu-se investigar as determinações da política de educação profissional e tecnológica nas cidades de São José dos Campos e Jacareí (municípios da região do Vale do Paraíba paulista onde há *campi* dos IFETs).

Assim, no presente trabalho, são tecidas considerações sobre essa região e mais especificamente sobre essas cidades, buscando apreender sua relação com a formação sócio histórica brasileira, com o desenvolvimento do capitalismo no país e com o mundo do trabalho. Este é um aspecto fundamental, devido à centralidade do trabalho na vida social, acrescido da finalidade última da educação profissional, que é a “formação para o trabalho”.

Desenvolvimento

De acordo com Ianni (2004), constitui um grande desafio para a sociedade a compreensão do presente e uma chave para decifrá-lo é o entendimento do passado, já que este exerce grande influência. “Há influência de ideias anteriores nas recentes. A originalidade destas nem sempre é plena [...]” (p.8).

Tendo como referência o pensamento de Caio Prado Jr., Ianni (2004) busca a interpretação da formação da sociedade brasileira, a partir da compreensão de três processos, que constituem o presente, que caracterizam o Brasil e acabam por revelar como o presente se articula com o passado. São eles: o *sentido da colonização*, o *peso do regime de trabalho escravo* e a *peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado*. Tais processos marcaram o Brasil Colônia, Império e República.

O sentido da colonização não é único, muda através dos tempos, das relações internas e externas, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. O mesmo não é restrito à economia e à política, pode compreender o poder militar, as igrejas e os meios de comunicação. A sociedade e economia brasileiras foram organizadas com objetivo exterior, voltado para fora do país, ou seja, para acumulação de riqueza de outros países.

Desse modo, de maneira geral, pode-se dizer que são as determinações externas, juntamente com as forças internas, que articulam e orientam o subsistema econômico que se cria e recria com as mudanças, rupturas e expansões da formação social brasileira. “[...] E cada país, dependente, subordinado ou associado, se revela, mais uma vez, um subsistema altamente determinado pelos movimentos internacionais do grande capital” (IANNI, 2004, p.57).

A economia primária exportadora, a industrialização substitutiva de importações, a associação de capitais estrangeiros e nacionais, a crescente monopolização do aparelho estatal pelo capital financeiro, estes são desdobramentos diversos, frequentemente relacionados, das determinações internas e externas predominantes ao longo da história. [...] Mudam as condições de acumulação capitalista no âmbito do sistema mundial e no de cada país colonizado, dependente, subordinado ou associado (Ibidem, p. 55-56).

Assim, na atualidade, o Brasil ainda ocupa a condição de país dependente, devido principalmente à sua atribuição economicamente subsidiária de fornecimento de produtos primários aos países do centro. Ao que Caio Prado Jr. (apud IANNI, 2004)

constata que a economia do país não se estrutura em bases próprias e nacionais, mas em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema.

Em relação ao traço do peso do regime escravo, Ianni (2004) considera a escravatura “a única coisa organizada da sociedade colonial”, e assim persistiu no século XIX. Para o autor, os séculos de escravatura determinaram a organização do trabalho e da vida, da economia, da política e da cultura no país.

Boa parte da cultura, em seus valores, padrões, ideias, doutrinas, explicações, ideologias, ficou vincada por essa determinação essencial. As relações e estruturas fortemente marcadas pelas linhas de casta influenciam também o pensamento, o imaginário de senhores, fazendeiros, comerciantes, governantes, militares, bispos, populares, escritores. Acontece que há sempre alguma contemporaneidade entre as formas de pensamento e as de ser, os modos de vida e trabalho e os de pensar, sentir e agir (IANNI, 2004, p.59).

Sobre o processo denominado de desenvolvimento desigual e combinado, que também caracteriza toda a formação social brasileira, Ianni (2004) traz à reflexão como se deram a sucessão dos “ciclos” econômicos da história brasileira, tais como: pau-brasil, açúcar, especiarias, gado, ouro, café, borracha, cacau; ou economia primária exportadora, industrialização substitutiva de importações, associações de capitais nacionais e estrangeiros, aliança capital-Estado. O autor analisa, com base nessa reflexão, que a história brasileira carrega uma considerável desarticulação. “[...] Uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios. [...] A nossa história ainda é, por isso, em muitos casos, uma atualidade” (p.60).

Ianni (2004) infere, então, que a peculiaridade básica da formação social brasileira, que adentra o século XX, é que o presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive com vários momentos pretéritos, sempre respondendo ao comando da reprodução ampliada do capital, em escala internacional. “O Brasil Moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar. [...]” (p. 61).

A região do Vale do Paraíba teve e tem grande importância histórica para o desenvolvimento econômico do país. Durante o século XIX, no período “áureo” do “ciclo” do café, a região foi um dos principais centros políticos e econômicos, pois concentrava a economia cafeeira. Em relação às cidades especificadas nesse estudo,

Jacareí era destaque à época, enquanto São José dos Campos ocupava posição periférica em relação a outros municípios da região¹.

Ianni (2004) destaca a importância do “ciclo” do café não só para a vida econômica, mas social e política do país. Para o autor, no período final do Império até praticamente toda a Primeira República, “o Brasil era o café”. No contexto de país exportador de produtos primários, esse produto era responsável por mais de 70% do valor da exportação. Para além da economia, nos aspectos social e político, importa ressaltar que o “ciclo” do café originou a última das grandes aristocracias brasileiras.

No começo do século XX, com a queda do “ciclo” do café, as cidades da região do Vale do Paraíba passaram por uma decadência econômica e por um total esquecimento, conforme o escritor Monteiro Lobato retratou em sua obra *Cidades Mortas*. Muitos costumes provincianos da época cafeeira dos povoados dessa região deixaram marcas até os dias de hoje, que podem ser observadas, por exemplo, na forte presença do conservadorismo, com reflexos no trato das políticas sociais.

A partir da metade do século XX, no contexto de mais um “ciclo” econômico no país, a região tornou-se um dos principais centros industriais do país, com destaque para cidades das microrregiões de São José dos Campos e Guaratinguetá².

Uma característica marcante da região é a desigualdade e diferenças econômico-sociais e culturais entre as microrregiões. O aspecto do desenvolvimento industrial e tecnológico não está presente em todas as microrregiões. Um exemplo é Bananal, que teve forte participação na economia cafeeira e, com a queda do café, as lavouras foram substituídas por algodão e, principalmente, a criação de gado leiteiro, principais fontes de renda atualmente. A cidade de Bananal é considerada também uma instância turística, sendo que contribuem para isso as marcas deixadas pelo “ciclo” do café. Assim, constata-se no cotidiano regional a articulação e a coexistência do passado e do presente.

¹ Jacareí atualmente conta com uma população de 211.214 habitantes, enquanto São José dos Campos 629.921 habitantes, de acordo com dados da Fundação Seade (2015).

² A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte foi criada em 2012, por meio da Lei Complementar Estadual nº 1.166. Essa compreende 39 municípios situados no estado de São Paulo. São José dos Campos e Jacareí fazem parte da Microrregião de São José dos Campos.

Em relação ao “ciclo” da industrialização, com base nas ideias de Caio Prado Jr, Ianni (2004) explica que

os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se foram combinando e interpretando de tal forma, que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de ‘contaminação’ imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma burguesia ‘nacional’ anti-imperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução (CAIO PRADO JR., apud IANNI p. 68).

Assim, para o autor, a burguesia brasileira ou nacional “existe e não existe”. E a mesma assusta-se com a ideia de reformas sociais.

Em São José dos Campos, foi a partir de 1950 que o processo de industrialização da cidade tomou impulso, devido à instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e inauguração da rodovia Via Dutra, em 1951. Nas décadas seguintes, com a consolidação da economia industrial, a cidade apresentou crescimento demográfico expressivo, que também acelerou o processo de urbanização. Nos anos 90 e início do século 21, o município passou por um importante incremento no setor terciário. Jacareí atualmente se constitui como um importante polo industrial.

Conforme Estudo dos Estados Brasileiros, realizado pela Fundação Perseu Abramo (2014), a indústria aeronáutica constitui a principal atividade econômica da região. No município de São José dos Campos, onde está localizada a Embraer – uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo - são fabricados aviões comerciais, executivos e militares e vários fornecedores dessa empresa estão instalados nas proximidades de seu complexo industrial, inclusive fabricantes de equipamentos bélicos.

Ainda segundo o estudo, a produção automobilística e de peças do ramo também têm participação expressiva, com duas grandes montadoras em São José dos Campos e Taubaté. Em 2014 Jacareí também deu início à atividade industrial nessa área, com a instalação de uma montadora chinesa na cidade.

Há também na região indústrias siderúrgicas, de vidros, de bebidas, de máquinas para construção civil, entre outras. A Petrobras tem presença marcante, com a Refinaria Henrique Lage em São José dos Campos. A fabricação de produtos químicos evidencia-se em São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí.

São José dos Campos, Taubaté e Jacareí concentraram 69,4% do Produto Interno Bruto (PIB) regional, em 2000, e 64,1%, em 2010. O setor de serviços permaneceu a atividade econômica principal da região, com 52,1% da participação no PIB, em 2000, e 52,6%, em 2010. A indústria reduziu sua contribuição, passando de 47,5% para 46,5%, nesse período. São José dos Campos concentrou 49% do PIB da região, em 2000, e 39,1% em 2010.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o setor industrial foi o maior responsável pelo PIB da cidade de Jacareí entre os anos de 2010-2013. Já em relação a São José dos Campos, o setor de serviços foi a maior expressão do PIB da cidade entre os anos de 2010-2013.

Apesar de São José dos Campos se destacar no cenário nacional como um importante polo tecnológico, é uma cidade que, conforme trecho de depoimento deferido pelo defensor público estadual Jairo Salvador, em 2012, “[...] quer se vender como perfeita, sem problemas sociais, onde esconde a pobreza, onde mata a pobreza, onde elimina fisicamente a pobreza para que ela não apareça e a cidade seja vendida como perfeita [...]”. Tal depoimento foi feito na audiência pública sobre a reintegração de posse ocorrida na comunidade do “Pinheirinho”, que teve repercussão nacional e internacional, e é capaz de revelar a cidade “real”, onde os avanços tecnológicos e industriais não correspondem ao avanço na área das políticas sociais. Ao contrário, no território do Vale do Paraíba pode-se observar a forte presença da contradição entre os avanços da modernidade nas áreas da produção e da tecnologia e o atraso e conservadorismo nas áreas social e política.

Considera-se que tais elementos determinam a forma de lidar com as políticas públicas e a concepção restrita de cidadania que temos. Esses aspectos também contribuem para explicar as diversas hierarquizações que definiram o ensino no país, com diferenciações relacionadas a classes, etnias, sexo e, sobretudo, entre a educação da “elite” e a voltada para o trabalho.

Em relação à instalação do IFSP no Vale do Paraíba, em São José dos Campos a chegada da instituição veio com o seguinte discurso, revelando a preocupação central com o desenvolvimento econômico da cidade:

A vocação essencialmente industrial e tecnológica do Vale do Paraíba foi a força que atraiu o IFSP para a região. Sede de grandes indústrias e instituições de pesquisa e inovação, São José dos Campos é o coração do complexo industrial e tecnológico do Vale do Paraíba. Todavia, **a região ainda carece de mão de obra especializada, capaz de manter a marcha do desenvolvimento regional.** Desta forma, em junho de 2012, o Governo Federal e a Petrobras, através da intermediação de políticos locais, decidiram instalar na Refinaria Henrique Lage o *campus* São José dos Campos / Petrobras¹. (grifo nosso)

Cabe destacar que a educação profissional e tecnológica no país, e em específico na região, data de muito tempo, presente em quase todos os municípios com instituições do chamado “Sistema S”, que desde sua fundação sempre foi financiado basicamente com recursos públicos. Nesse sentido, pode-se observar a contradição entre a educação profissional pública e privada.

Até a implantação dos IFETs em São José dos Campos e Jacareí, nessa região não tinha havido instituições públicas federais na área da educação profissional e tecnológica vinculadas ao MEC. Pode-se considerar como os antecedentes do IFET na região o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), organizações das entidades corporativas da indústria e do comércio respectivamente, presentes desde os primórdios da década de 1990, ofertando educação profissional. O SESI Jacareí inaugurou em 1995 e os cursos ofertados são sobretudo nas áreas de Química e Automação. O SENAC iniciou suas atividades em São José dos Campos em 1992, com cursos nas áreas de *serviços*, tendo investido inclusive em cursos na área de *serviços sociais*.

Também essas cidades já contavam com as unidades escolares do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, que administra as Escolas Técnicas Estaduais (ETEC) e as Faculdades de Tecnologia (FATEC) do mesmo estado.

O *Campus* São José dos Campos do IFSP tem ofertado cursos nas áreas de Automação Industrial, Eletrotécnica, Mecânica, Matemática, Química. Em Jacareí o *campus* do IFSP tem ministrado cursos nas áreas de Administração, Logística, *Design* de Interiores e Informática.

¹ Extraído de: <<http://sjc.ifsp.edu.br>>. Acesso em: 21 jun.16.

Importante considerar que a origem das instituições da educação profissional e tecnológica existentes hoje no país se deu a partir das escolas de aprendizes artífices, instituídas por um decreto presidencial de 1909. Nesse período, essas escolas estavam subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Destinadas aos ‘desfavorecidos da fortuna’, conforme o decreto que a instituiu, seu objetivo, reafirmado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, era impedir a tendência à ociosidade que rondava os ‘desprovidos de meios de vencer a luta pela existência’, procurando também despertar na criança pobre ‘o amor pelo trabalho’ e convertê-la ‘em criatura útil à sociedade, pelo aprendizado profissional, completado pelo ensino teórico escolar’. A expectativa, expressa pelos dirigentes do Estado, era a de que aqueles que tivessem aproveitado o aprendizado dessas escolas formariam ‘uma classe de cidadãos que, sabendo dignificar a pobreza, prestariam, certamente, serviços úteis à sua pátria’ (CHAMON; GOODWIN JR., p. 322, 2012).

Como a educação profissional, desde sua origem, está atrelada à formação para o trabalho, faz-se importante apresentar de maneira sucinta tanto o sentido ontológico da categoria trabalho, como os sentidos que ganha na sociedade capitalista, conforme a tradição marxista.

Entende-se trabalho, em seu sentido ontológico, como a atividade realizada pelo ser humano que, em interação com a natureza, transforma matérias desta em produtos que atendem e satisfazem às suas necessidades. Portanto, o trabalho faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade, ao que Antunes (2005) tão bem sintetiza “[...] a importância da categoria trabalho está em que ela se constitui como fonte *originária, primária*, de realização do ser social, *protoforma da atividade humana*, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana” (p. 167).

Desse modo, pode-se afirmar que o trabalho é fundante e constitutivo do ser social, é o único instrumento que permite ao homem humanizar-se, criar, desenvolver-se.

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se do ser social nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para si dos homens (ANTUNES, 2005, p.168).

Entretanto, nas sociedades capitalistas, o trabalho assume a condição de mercadoria, com uma peculiaridade: é a única mercadoria que cria valor. O modo de produção capitalista funda-se na exploração do trabalho, de onde advém o lucro dos proprietários dos meios de produção, através da mais-valia (trabalho excedente, não

pago). O fruto do trabalho de quem vende a força de trabalho não lhe pertence, mas sim ao seu comprador. Tem-se que, de acordo com Antunes (2005), o trabalho assume nesse modo de produção necessariamente uma forma assalariada, fetichizada e estranhada.

Ao trazer a discussão do trabalho para a atualidade, apreende-se a existência, a partir das transformações societárias iniciadas nos anos 1970, da tese do fim das classes sociais ou até mesmo o fim da “sociedade do trabalho”. Antunes (2005), por sua vez, refuta essa tese, analisando que o que se registra são mutações ou metamorfoses no mundo do trabalho. Persiste a centralidade deste, apesar das mudanças nos processos de trabalho e da “classe que vive do trabalho” hoje se constituir num conjunto bastante heteróclito.

Dessa maneira, o autor, a partir do referencial marxista, utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” para identificar a forma de ser da classe trabalhadora na atualidade. Para ele, inclui a *totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho*, sendo que o núcleo central são ainda os trabalhadores produtivos, cujo núcleo principal é o proletariado industrial.

Esse entendimento ampliado permite reconhecer que o mundo do trabalho tem sofrido importantes mudanças, tais como: a redução do proletariado industrial; a incorporação do trabalho feminino de modo desigual e diferenciado, com maior precariedade; os assalariados no setor de serviços; o trabalho no “terceiro setor” e as novas formas de trabalho em domicílio; a exclusão dos jovens e dos trabalhadores considerados “velhos” pelo capital; a ampliação do trabalho informal; o aumento do exército industrial de reserva (ANTUNES, 2005).

No contexto das transformações societárias vigentes as mudanças pelas quais a educação profissional e tecnológica passou acompanharam as mutações no mundo do trabalho e a revolução tecnológica em curso. Ademais, é notória a centralidade ainda presente do trabalho nessa política social. Dessa maneira, compreender o mundo do trabalho na região do Vale do Paraíba paulista é essencial no estudo sobre as determinações da educação profissional e tecnológica nesse território. Um questionamento nos parece importante a ser respondido: a chegada do IFET visa à formação dos trabalhadores para o “mercado” ou para o “mundo” do trabalho?

Considerações finais

A partir das reflexões feitas neste trabalho, foi possível inferir algumas determinações que auxiliam na leitura da realidade, na compreensão do cotidiano em que a política social da educação profissional e tecnológica se efetiva, assim como onde o exercício profissional se concretiza. O cotidiano, entendido como um campo aberto de possibilidades, necessita de maneira urgente desse exercício de análise mais aprofundada.

A análise do cotidiano a partir da formação sócio histórica brasileira, do recurso à história do país, oferece indicações seguras para a compreensão da persistência no Vale do Paraíba de um “memorioso passado”, com poucos avanços na esfera pública, apesar do reconhecido desenvolvimento econômico e tecnológico da região. Esse pretérito-presente traz consigo um “peso” conservador, não restrito ao modo de pensar, mas ao modo de ser do ser social.

A compreensão da categoria “mundo do trabalho” configura-se como essencial para o aprofundamento da análise da política de educação profissional e tecnológica na particularidade do Vale do Paraíba. Assim, ressalta-se a importância de aprofundar a investigação da configuração do mundo do trabalho hoje na região.

Refletir teórico-criticamente o significado da Educação e, em particular, da Educação Profissional e Tecnológica enquanto política social na dinâmica da sociedade capitalista, pode contribuir na discussão da inserção dos profissionais assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional contraditório. E nesse sentido, dar subsídios para a reflexão sobre como conseguir fortalecer a política de educação na direção do Projeto Ético-Político Profissional, ou seja, no horizonte da emancipação humana.

Referências

ALMEIDA, Ney L. T. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. In: ENCONTRO ESTADUAL DE SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, 1.; 2003. **Anais...** Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARCARY, Valério. **Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica.** Disponível em:

<http://www.sinasefe.org.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=1237:valerio-arcary-lanca-artigo-sobre-institutos-federais&catid=1:latest-news&Itemid=75>. Acesso em: 15 out. 2015.

BACKX, Sheila. O Serviço Social na Educação. In: REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. F. (Org.). **Serviço Social e políticas sociais.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 121-137.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

_____. **Lei Federal nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília (DF): CFESS, 2013.

CHAMON, C. S.; GOODWIN JR., J. W. A incorporação do proletariado à sociedade moderna: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). **Varia hist.** [online], ano 28, n. 47, p. 319-340, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/15.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 91, 2007.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** 11. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IANNI, Otávio. **A Ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas.** São Paulo: Globo, 2009.

MARTINS, Eliana B. C. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político. In: SILVA, M.M. J. (Org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática.** Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 41-62.

MATTEO, Miguel (org.). **São Paulo 2000-2013.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Estudos Estados Brasileiros). Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

NETO, Pedro R.M; MELLO, Leonardo F. Dinâmica Regional e Industrialização: diversificação e concentração espacial no Vale do Paraíba. In: COSTA, Sandra M.F.; MELLO, Leonardo F. (org.) **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos.** São José dos Campos: Univap, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Trabalho, Sociedade e Valor. In: _____.
ECONOMIA Política: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
(Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1). Cap. 1, p. 29-53.

VIEIRA, Edson T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.